ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Nº 4 Agosto de 1981

II CONAD sela unidade dos docentes

PARALISAÇÃO NACIONAL DIA 23 DE SETEMBRO

Proposta visa unificar as lutas de todos — Semana nacional de mobilização faz parte da campanha em defesa da educação — 47 AD's presentes em Salvador — Federais autárquicas também paralisarão exigindo melhores salários — Pág. 3.

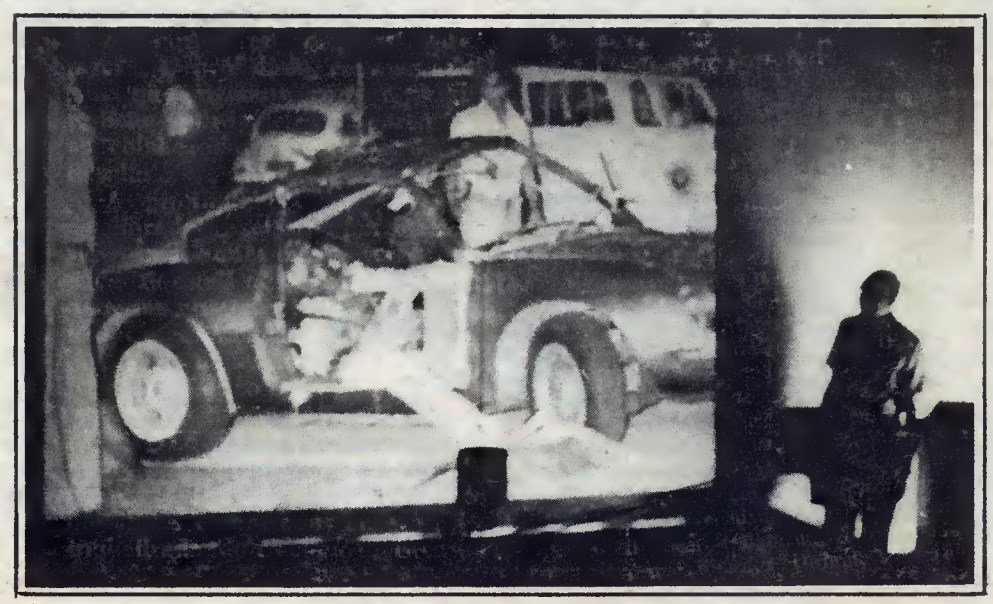


O II CONAD reuniu 47 AD's de todo país em Salvador, onde se realizou a 33ª reunião anual da SBPC.

II CONAD aprova por unanimidade participação da ANDES na CONCLAT

A ANDES estará presente com 7 delegados na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora que se realizará em São Paulo de 21 a 23 de agosto, levando a posição dos docentes a respeito da educação, estabilidade no emprego, melhores salários, o eixo da campanha em defesa da educação, garantia de estabilidade para dirigentes das AD's e ANDES, reformulação da CLT e, especialmente, do cálculo salarial do professor horista. A ANDES se posicionará, também, pela unificação das lutas mais amplas dos trabalhadores, baseada nos princípios gerais aprovados no Congresso de Campinas. (Pág. 7).

Docentes repudiam resultado do IPM do Riocentro e exigem eleições limpas



Através de nota oficial que obteve ampla repercussão na imprensa, a ANDES não aceitou o resultado do IPM que apurou as responsabilidades sobre as explosões no Riocentro.

Após denunciar que estava sofrendo todo tipo de pressões, o Juiz Edmundo Franco de Oliveira mandou arquivar o IPM determinando, entretanto, que se retomassem as investigações sobre a bomba na casa de força do Riocentro e que não constava das investigações do Inquérito Policial Militar. (Pág. 8)

Em sua nota oficial, a ANDES afirma que "o resultado do IPM contraria todas as evidências, não resistindo a qualquer confrontação dos fatos". Na foto, o Cor. Job Santana apresentando a versão do I Exército.

Editorial

Segundo semestre de lutas

Após um semestre de acúmulo de forças, de liquidação do saldo das lutas do ano anterior e de organização do movimento a nível nacional, através da estruturação da ANDES, prenuncia-se um segundo semestre que exigirá de cada docente uma participação muito ativa, com combatividade semelhante à da greve das universidades federais autárquicas em 1980. Isto se evidencia nas resoluções do II CONAD, o qual encaminhou para ser aprovada nas bases, através das assembléias de AD's, a realização de uma semana de mobilização nacional em setembro, com um dia de paralisação total das aulas em todas as instituições de ensino superior do país. Essa mobilização se fará dentro de uma Campanha em Defesa da Educação que unificará o movimento em torno de grandes eixos de luta que abrangem as reivindicações de todos os setores do movimento, tais como estabilidade no emprego para as universidades particulares, revogação da lei 6.733 para as fundações, reajuste semestral para as federais autárquicas e estaduais.

Além disso, as universidades federais autárquicas retomam com esse dia de paralisação nacional a campanha salarial que levou à greve no ano passado. Esse movimento poderá ser unificado com os dos funcionários públicos na CONCLAT, de que participarão a ANDES e muitas AD's. Finalmente foi recomendada pelo II CONAD a discussão nas AD's de uma greve geral caso o governo concretizasse a ameaça de transformar essas IES em fundações. Graças à nossa luta, o governo recuou desse último intento, segundo o discurso do ministro da Educação na reunião do Conselho de Reitores em Alagoas, ao mesmo tempo que anunciou uma estranha reformulação gerencial das universidades, deslocando a questão em uma manobra tática que já está sendo devidamente rechaçada através de pronunciamentos da ANDES divulgados na imprensa.

Outro ponto importante que está mobilizando os professores, foi o pronunciamento dos colaboradores e auxiliares de ensino de 1980 como professores auxiliares, em que o governo nos pegou de surpresa usando o período de desmobilização dos docentes nas férias de julho. Além de não cumprir o que prometera em audiência à diretoria da ANDES, isto é, um tratamento igual para todos os colaboradores independentemente da data de sua contratação, agindo dessa forma o Ministro da Educação colocou os colaboradores de 1980 no nível mais baixo da carreira, cujo salário chega mesmo a ser inferior ao que recebem atualmente.

Do mesmo modo que em 1980, partindo de paralisações de aulas por dias limitados chegamos à uma greve vitoriosa em muitos aspectos, nesse ano, melhor organizados com uma entidade nacional, poderemos obter vitórias importantes.

Expediente

Boletim da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior — ANDES
Editado sob responsabilidade da Secretaria-Geral
Cidade Universitária — Centro de Tecnologia — Sala G 203 CEP 21.910 Rio de Janeiro — RJ.

PRODUÇÃO: OFICINA ASSESSORIA DE IMPRENSA E EDITORA LTDA.
Rua Joaquim Silva, 11/805 — Tel.: 222-9639 — Lapa — Rio de Janeiro
Composto e Impresso na Gráfica Editora Jornal do Comércio
Rua do Livramento, 189 — Rio de Janeiro.

DOCENTES EXIGEM:

Plano de carreira nas IES privadas!

A inexistência de um Plano de Carreira na absoluta maioria das IES particulares é coerente com a função que estas instituições vieram cumprir com a política educacional implantada pelo regime militar nos últimos anos.

A política econômica do regime militar vai ter três conseqüências que influenciam diretamente o perfil da política educacional: em primeiro lugar, o orçamento de Estado passa a estar cada vez mais comprometido com o financiamento de grandes obras de infra-estrutura que viabilizem economicamente o grande capital; sobrando, portanto, cada vez menos recursos para investimentos em setores "não rentáveis" (saúde, educação, etc); em segundo lugar, o intenso processo de monopoligação de capital inviabiliza economicamente os pequenos negócios, fazendo com que imensas camadas da pequena burguesia torne-se cada vez mais uma classe assalariada. Nessa situação, a Educação, principalmente de nível superior, passa a ser vista por esta classe como um meio privilegiado de manutenção do seu status e ascensão social; em terceiro lugar, a modernização do aparelho produtivo, a expansão de empresas estatais e multinacionais qeu incorporam modernas técnicas de administração e gerência, criavam necessidades de novos quadros profissionais, técnicos qualificados, etc, necessitando, portanto, de uma expansão e correspondente modernização do sistema de ensino superior.

As IES particulares, cuja expansão foi permitida pela Lei 5124/69, vem de encontro aos objetivos da Política Educacional que se implantava. Nelas, a lógica do capital investido na busca de um lucro fácil, implantava "naturalmente" aquele processo de "racionalização" que nas IES públicas tinha que ser implantado às custas de um sem número de portarias administrativas, punições e professores e estudantes, ou seja, às custas de repressão e violência.

Assim é que as IES particulares foram implantadas segundo o modelo administrativo de qualquer boteco, de qualquer loja de departamentos onde se vende uma determinada mercadoria: no caso, o conhecimento. Foram montadas empresas prestadoras de serviços educacionais, onde os profesores entram com a mão-de-obra barata que, com seu trabalho intelectual, vão formar os profissionais com um mínimo de qualificação técnica exigidos pela modernização da economia.

Assim, a inexistência de um plano de carreira nessas IES's é apenas uma das formas através das quais os professores dessas instituições sofrem na carne o triste papel a que foram relegados. Há ainda a repressão, a verticalização burocrática e prepotente dos mecanismos de decisão, a constante insegurança no emprego.

Portanto, a luta por um plano de carreira não é apenas uma luta que vem responder alguns interesses imediatos de algumas parcelas dos professores das IES particulares. Ao contrário, é uma luta que traz em si mesmo um conteúdo estratégico na medida em que é capaz de por em cheque o papel que estas instituições vêm até agora desempenhando no Sistema Educacional Brasileiro. Para isto, pensamos que a luta por um Plano de Carreira Docente nas IES particulares deve equacionar quatro pontos fundamentais:

— Critérios de admissão, promoção e demissão de professores. Para tanto, cada departamento deverá ter um quadro da sua lotação docente segundo critérios definidos a partir das suas necessidades.

— Regime de trabalho com abolição do regime horas/aula.

— Condições de exercício de chefias de departamentos, representação em órgãos colegiados, etc.

— Condições de pesquisa e aperfeiçoamento.

AD's de particulares em São Paulo resistem às pressões de todo tipo

A luta pela estabilidade dos professores das IES da rede privada constitui hoje um dos mais cruciais desafios enfrentados pelo movimento nacional de docentes. O setor, que tem sido apontado como a fronteira natural de expansão do movimento, é também aquele que — por suas próprias condições estruturais — apresenta maiores dificuldades à organização do professorado e está mais sujeito às investidas repressivas patronais.

Os últimos dois anos foram marcados por importantes avanços do movimento e pelas conseqüentes reações das mantenedoras, seja na forma de contra-ataques econômicos ao conjunto da categoria (demissões, redução de carga horária, etc), seja atacando diretamente a organização e a capacidade de resposta dos docentes.

Entre 1971 e 1981 das ADs existentes em Escolas privadas no Estado de São Paulo, duas foram extintas — ADESP (da Escola de Sociologia e Política) e APROFAPA (das Faculdades Paulistanas) — e uma Comissão pró-AD foi desarticulada — a das Faculdades Metropolitanas Unidas — através da demissão dos professores que compunham sua diretoria.

Além destes casos, temos ainda situações de verdadeira luta pela sobrevivência enfrentadas particularmente por entidades de criação mais recente, como ocorre com a APROFAAP (da Fundação Armando Álvares Penteado), a APROFASA (Faculdades Santo Amaro) e a APEAESP (da Fundação Getúlio Vargas), as duas primeiras com suas diretorias atingidas por demissões de indisfarçado caráter político-ideológico e a terceira sofrendo a demissão de uma série de professores empenhados no reforço da entidade, em função de alegadas dificuldades econômico-financeiras da Fundação.

Por outro lado, importantes vitórias tem sido conseguidas, embora ainda localizadamente, na luta pela estabilidade. É o caso da APROPUC de São Paulo que firmou recentemente um acordo coletivo de trabalho garantindo a estabilidade dos docentes durante o ano letivo, da ADSVSL (da Fundação São Leopoldo-Santos) que readmitiu quatro professores afastados no início do ano e da APROPUCC de Campinas que conseguiu, no ano passado, reverter a demissão de metade de sua diretoria e hoje discute a assinatura de um acordo coletivo garantindo a estabilidade dos professores durante o ano letivo e dos diretores da AD durante seu mandato.

Além destes ataques diretos às entidades representativas dos docentes, recrudescem as iniciativas de diversas mantenedoras no sentido da redução global de carga horária e de outros mecanismos que visam fazer retroceder as conquistas da categoria que nos últimos anos conseguiu minimizar o constante aviltamente de suas condições salariais e de trabalho. Esses aspectos não estão desvinculados mas, pelo contrário, mostram que as mantenedoras tentam a todo custo reeditar o período de sucesso do modelo de privatização de ensino, retomando as altas taxas de lucro que caracterizaram a década de 70. Com a dificuldade adicional representada pela incapacidade dos estudantes continuarem absorvendo altos reajustes de mensalidades, e pela conseqüente evasão.

Neste quadro em que os docentes das escolas privadas enfrentam da mesma forma que os trabalhadores de todo o país, a ameaça do desemprego, a solidariedade ativa das entidades e a participação do movimento nacional, através da ANDES, na luta geral dos trabalhadores, deixa de ser uma questão de convicção política ou ideológica para se mostrar uma questão de sobrevivência.

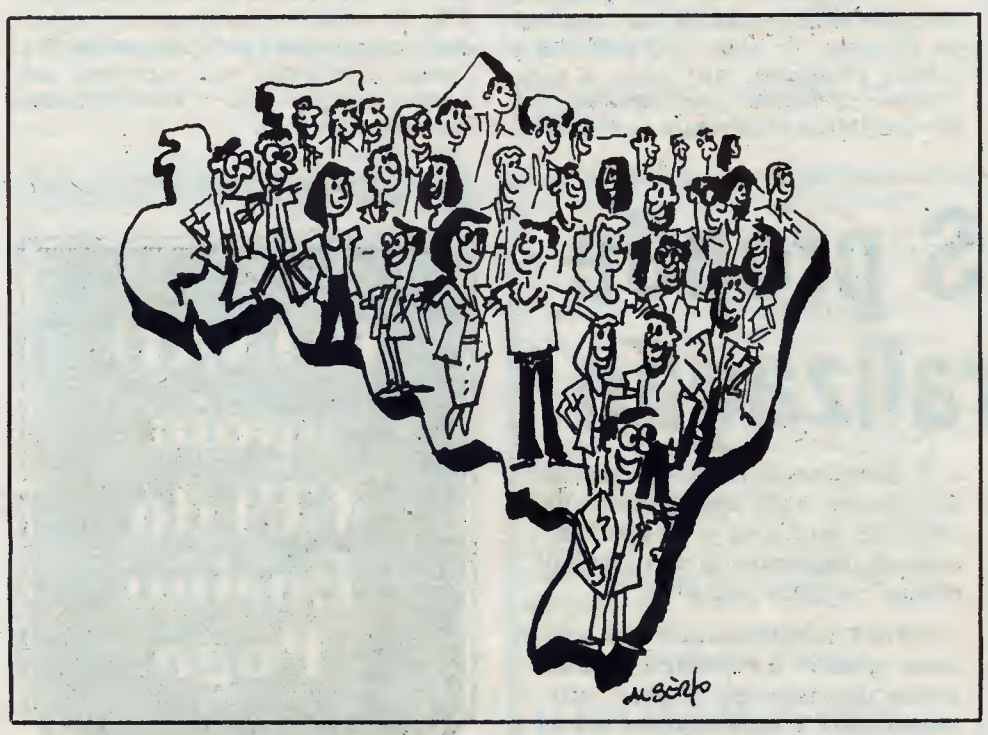
• Este texto é o resumo de um dos pontos desenvolvidos pelo documento "Política de Privatização do Ensino Superior e a Situação das ADs" apresentado ao último CONAD por sete ADs particulares de São Paulo e os interessados na sua íntegra podem solicitar seu envio à APROPUCC-Campinas, Caixa Postal 1216, Campinas, SP.

Paralisação dia 23 unifica docentes de todo o País

(Federais autárquicas também vão parar em defesa de melhores salários)

Os docentes de todo o país realizarão, de 21 a 25 de setembro, uma semana de mobilização nacional dentro da campanha em defesa da educação, com a paralisação das aulas em todos os Estados no dia 23.

Esta deliberação do II CONAD será levada às assembléias gerais de todas as Associações de Docentes, que serão convocadas até o final de agosto, de modo a ser possível uma deliberação unificada a nível nacional, pela Diretoria da ANDES.



REIVINDICAÇÕES

A campanha em defesa da educação visa, antes de tudo, unificar o movimento das Associações Docentes em todo o país. Nessa luta, defenderemos o ensino público e gratuito para todos, contra a privatização da Universidade, pela autonomia e democratização da Universidade e melhores condições de trabalho.

A forma de aplicação destas reivindicações se dará através da expansão da rede pública, da não transformação das autarquias em fundações, com a exclusão das Universidades de 6733, com a extinção das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), com a estabilidade no emprego, um índice único de reajuste salarial sem escalonamento e com reajustes semestrais extensivos ao funcionalismo público.

CAMPANHA SALARIAL

As Universidades Federais autárquicas aprovaram, no II CONAD, a unificação de sua campanha salarial com a semana em defesa da educação, incluindo o dia nacional de paralisação, a 23 de setembro.

Nas assembléias que se realizarão até o fim de agosto, as Associações em cada Estado se posicionarão sobre o índice de reposição salarial (tendo presente o subsídio da Comissão da ANDES), o reajuste semestral, o 13º salário para os estatutários e as formas de conduzir a luta.

Antes da unificação da paralisação a nível nacional, os docentes das federais pretendiam parar as aulas por dois dias. Ficou deliberado, também, a busca de interação com o movimento dos funcionários públicos a nível de entidades locais, através das AD's e a nível nacional, pela ANDES.

Avesso à democracia, Ludwig intervém na Paraíba

O Ministro da Educação, Rubem Ludwig, se recusou a considerar as listas sêxtuplas elaboradas pelo Conselho do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), para os cargos de Diretor e Vice deste Centro, da Universidade Federal da Paraíba.

O general-Ministro preferiu designar um Diretor prótempore, numa clara tentativa de burlar a Lei que deveria, em princípio, antes de qualquer outro, fazer respeitar.



Ludwig não aceitou a indicação dos professores, alunos e funcionários.

MOTIVO É DEMOCRACIA

Os motivos que explicam a atitude do Ministro, amplamente denunciada na imprensa, nos partidos de oposição no Congresso Nacional e nas entidades Docentes de todo país, são inconfessáveis. Não pode alegar que descumpriu a Lei pelo fato do Conselho de Centro ter acatado consulta feita aos estudantes, professores e funcionários, e, conseqüentemente, ter colocado no primeiro lugar de cada uma das listas, os nomes dos docentes mais votados pela comunidade daquela Universidade.

Apesar de todo tipo de pressões, entretanto, o movimento contra a **intervenção** não vai parar. No início do segundo semestre, em Assembléia Geral, a comunidade universitária do CCHLA decidirá as normas de luta que darão continuidade ao movimento.

O apoio das dezenas de Associações de Docentes de todo o país é muito importante pois esse é um perigoso precedente que pode causar um sério retrocesso em todos os processos de participação direta dos professores, alunos e funcionários que está se desenvolvendo em diversas Universidades brasileiras.

Professores são contra os subsídios às mantenedoras

Ao analisar a questão dos subsídios para as escolas particulares, o II Conad aprovou uma resolução posicionando-se contra este tipo de concessão às mantenedoras, porque "funcionam efetivamente como empresas privadas, capitalizando ou distribuindo a seus proprietários os benefícios obtidos, sem qualquer proveito para o ensino e a pesquisa na Universidade".

A resolução explica que, posicionando-se assim, "a ANDES não subestima os problemas gravíssimos dos estudantes e professores do ensino privado", mas ressalta que "os auxílios e bolsas para os estudantes e as verbas para pesquisa e melhoria das condições de trabalho dos professores devem ser admitidos desde que dados diretamente à comunidade acadêmica e por ela controlados".

Ainda no II Conad, o relatório das Instituições de Ensino Superior particulares lembrou que "na maioria das IES o vínculo atual dos professores se dá com as mantenedoras e não com a Universidade". Segundo o relatório, as mantenedoras "interferem permanentemente na vida acadêmica, submtendo-a aos desígnios de sua política administrativa".

"A presença das mantenedoras é espúria, contrária aos interesses universitários, tanto mais que, ao invés de manter, acabam sendo mantidas pelos superavits gerados no plano acadêmico", continua o relatório.

Observam as IES que "tais superavits assumem roupagens distintas; sendo o lucro proibido, acabam se transformando em imobilização não utilitável, em altos salários de assessores e burocratas, em equipamentos desnecessários em todo tipo de mordomia". O relatório conclui que, para enferentar essa situação, deve-se lutar pelas seguintes propostas:

Desmobilização de todo o patrimônio improdutivo; exigir a completa separação entre a estrutura administrativa das mantenedoras e a administração das IES. Em especial, vincular contratualmente os professores às instituições e não às mantenedoras; exigir a subordinação do plano administrativo da mantenedora às necessidades e exigências do plano acadêmico.

E mais: assegurar o controle do ingresso, promoção e demissão de professores às instâncias de decisão acadêmicas, ou seja, ao Departamento e a uma comissão de pessoal docente livremente eleita, respeitando em última instância os acordos coletivos de trabalho; finalmente, lutar em cada IES pela democratização da Universidade, exigindo eleições diretas para todos os cargos de direção e chefia.

II CONAD UNIFICA CAMPANHAS EM TODO O PAÍS

II CONAD viabiliza luta pela democratização

O II CONAD deliberou, em relação à luta pela democratização da Universidade, a criação de uma coluna no Boletim da ANDES onde sejam informadas de como esta questão está sendo enfrentada em cada local. As Associações se responsabilizaram pelo envio do material dos informes.

Sobre o assunto, foi fixada a data de 15 de agosto para que as Associações enviem à ANDES as experiências de democratização interna desenvolvidas até agora explicitando: problemas gerados, formas de participação, participação efetiva, características do processo, etc.

Foi aprovada, também, proposta de criações de comissões para analisar os Estatutos de suas Universidades e coletar propostas, de forma a abrir brechas na forma autoritária em que são escolhidos atualmente os dirigentes universitários e como são tomadas as decisões a respeito da vida universitária, incorporando ao seu texto processos e medidas democratizantes.

De posse dos textos, a ANDES enviará representantes ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) a fim de pressionar as direções das Universidades para que atuem de forma conjunta no processo de democratização das Universidades brasileiras.

Com a expressiva presença de 47 Associações Docentes de tudo o país, a ANDES realizou em Salvador, nos dias 6 e 7 de julho, o II Congresso Nacional de Associações Docentes, II CONAD.

O Congresso precedeu a reunião anual da SBPC, que também se realizava em Salvador.

AVALIAÇÃO

Na primeira plenária, além das formalidades de credenciamento dos delegados, aprovação de pauta e mesas diretoras, houve um relato seguido de avaliação das atividades da ANDES pelo seu Presidente.

Os problemas sobre a distribuição do Boletim e as finanças da entidade foram os mais debatidos. O atraso no envio das contribuições das Associações, que são recolhidas dos sócios, foi detectado como o principal motivo da precaridade financeira da ANDES.

A fim de manter absoluto controle sobre as diversas atividades em cada Estado, ficou resolvido que serão mantidas as reuniões plenas da Diretoria, isto é, com os diretores nacionais e os vice-regionais conjuntamente.

A organização do II CONAD, que mereceu votos de louvor, esteve a cargo do 2º secretário, Professor Flávio Valente, com o importante apoio da APUB.

Carreira de Docente é luta de todos

Foram aprovadas no CONAD diversas propostas setoriais para a Carreira de Docente. Essas propostas foram divididas quanto às instituições particulares, fundações e autarquias federais.

LEVANTAMENTO NAS PARTICULARES

Para as IES Particulares aprovou-se a agilização da Comissão de Carreira de Docente, visando concluir o levantamento da situação nacional e suas particularidades. Os resultados serão centralizados em um documento preparado no Rio de Janeiro a ser distribuído para a discussão em todas as AD's.

FUNDAÇÕES FEDERAIS TERÃO PROJETO

A proposta de projeto unificado de Carreira para as Fundações Federais foi discutido em muitas AD's. Em sete delas, as assembléias gerais aprovaram a proposta: APRUMA, ADnb, ADUSCar, ADUFPi, ADUFU e ADUFAc. Em seis assembléias a proposta recebeu sugestões de alterações. Para elaborar o texto definitivo a diretoria da ANDES reuniu-se no dia 8/07. Como, entretanto, não foi possível concluir o texto nessa data, a diretoria da ANDES, atendendo a solicitações de diversas AD's, marcou nova reunião entre as AD's de Fundações Federais para o fechamento do projeto. Essa reunião será dias 5, 6 e 7 de setembro, em Brasília. O texto final a ser redigido nesses dias constituir-se-á no "Projeto da ANDES para a Carreira de Docente nas IES Fundações Federais".

AUTARQUIAS: FORMA NAS CPPD'S

Nas autarquias, a ANDES deverá esclarecer a questão do reajuste salarial dos professores ainda não enquadrados no plano de carreira (colaboradores, visitantes, extraquadro, 1º e 2º graus), devendo conferir as informações quanto aos índices de reajuste adotados nas IES e cobrar do MEC a garantia do cumprimento de sua orientação pelas IES.

Resolveu-se também que a ANDES estaria presente à reunião da CRUB levando as reivindicações dos docentes e que seria criada uma Assessoria jurídica para tratar da questão do enquadramento dos professores das IES autárquicas de forma unitária, subsidiando as AD's no encaminhamento do aspecto jurídico do problema.

Quanto às CPPD's, deliberou-se que sejam formadas ou entrem em funcionamento imediatamente, visando o atendimento do conjunto das nossas reivindicações quanto ao enquadramento e buscando uma composição democrática.

Recomendou-se às AD's que promovam discussões sobre a portaria 393/MEC que trata do regime de trabalho e da avaliação do desempenho docente e que estas se empenhem em aprovar sugestões e normas sobre a política da CPPD local, buscando a agilização do processo de progressão e de critérios mais justos na avaliação das atividades docentes.

As CPPD's devem acatar as deliberações dos colegiados dos Departamentos, entendidos como conjunto dos professores do Departamento e a representação estudantil.

Finalmente foi resolvido que as AD's analisarão as portarias 340 3 393/MEC e acompanharão o trabalho das CPPD's, no sentido que estas acatem as nossas reivindicações. Aproveitando a necessidade de reformulação nos estatutos e regimentos internos face o plano de carreira e o decreto de criação das CPPD's, as AD's reivindicam que a eleição direta para a escolha de representantes de docentes seja neles incluídos.

ADUFRGS propõe descentralização

O Grupo de Trabalho da ADUFRGS que pesquisou o tema Política Educacional apresentou no II CONAD um relatório onde aponta que "uma das características da Política Educacional Brasileira tem sido a dependência a modelos estrangeiros e uma enorme distância da realidade nacional".

"Este distanciamento das necessidades da população brasileira — diz o documento — se acentua na medida em que a discussão dos problemas educacionais fica restrita a um pequeno grupo de técnicos e que as reformas educacionais são impostas de maneira autoritária."

Para o Grupo de Trabalho, a reforma universitária (que só passou a ser prioritária quando a pressão dos excedentes por mais vagas na universidade assumiu um caráter político), ao estabelecer o regime de crédito, o ciclo básico, o vestibular unificado, as licenciaturas curtas e a departamentalização, contribuiu para a desmobilização da comunidade acadêmica.

Lembra o GT da ADUFRGS que há atualmente uma dualidade no sistema de ensino superior, traduzida pela existência de um grande número de escolas particulares e de grandes universidades públicas, e cuja origem está na pressão exercida pelas camadas médicas da população por maiores oportunidades educacionais de nível superior.

— A implantação das reformas educacionais (...) resultou numa expansão quantitativa das matrículas em todos os níveis, sem que houvesse uma real expansão de oportunidades educacionais. No 1º grau, os problemas de repetência e evasão mantêm índices quase tradicionais; o 2º grau, transformado em profissionalizante, é um ensino carente de objetivos, enquanto o 3º grau permanece comprometido com o ensino elitista — afirma o relatório.

O GT reconhece que "há consenso quanto à relevância e necessidade do ensino do 1º grau" afirmando que "é imperioso que se torne realidade o direito à escolarização de todos os cidadãos de 7 a 14 anos, além de propor também oportunidades após os 8 anos de escolaridade". Ressalta, porém, que "depositar na alteração proporcional do orçamento do MEC toda a ênfase e ação em prol de tal objetivo, é desmerecer o valor de tal objetivo".

A este respeito, o Grupo de Trabalho fez as seguintes considerações:

a — Se é hóra de mobilização de esforços (...) deveria ser também ocasião para tomar campo a Educação entre as prioridades nacionais, buscando aumentar o roçamento do MEC e apoiar os ideais de municipalização do ensino que vêm sendo realizados ao longo da última década.

b — Se a verdadeira intenção da ênfase no ensino fundamental é desenvolver o pilar instrumental ao indivíduo e à comunidade, (...) entende-se que, com o apoio desde o governo federal, a descentralização do processo decisório e de implementação é uma condição para o êxito.

c — O ensino superior é fator indispensável para a melhoria das condições de aprendizagem nos demais níveis de ensino.

CONAD apóia CPI do Ensino Pago

O grupo das Instituições de Ensino Superior (IES) Particulares propôs no II CONAD uma resolução que determina gestões da ANDES junto aos partidos políticos no sentido de apoiar a CPI do Ensino Pago, atuar junto às comissões de Educação no Congresso para debater questões relativas ao ensino superior e instaurar uma CPI para o ensino universitário.

A Secretária-Geral da ANDES, por sua vez, enviou uma carta ao deputado Edson Khair (PMDB/RJ), presidente da CPI do Ensino Pago, onde esclarece, através de documentos em anexo, a posição dos docentes contrária à transformação das universidades autárquicas em fundações.

A carta explica que a posição contrária ao projeto de fundações "reflete as discussões e deliberações do Conselho Nacional das Associações Docentes, que também se posicionou contrário à privatização do ensino e ao ensino pago em quaisquer níveis". Junto com ela, foi encaminhada a resolução do II Conad contra os subsídios públicos para as mantenedoras das escolas privadas.

As 47 Associações presentes ao II CONAD

Estiveram presentes as seguintes Associações Docentes no II CONAD, em Salvador, com direito a voto:

APROPUCC, APUB, ADSUSL, ADUNESP, ADUFAC, ADUFPI, ADUFPb-JP, ADUFAL, ADHUEL, ADUCAPE, ADUnB, APUSM, ADUEL, ADUFRJ, APROPUC-SP, ADURNe, ADUCS, ADUNICAMP, ASDESAM, DOCEND, ADUFRGS, ADUFPa, ADUFAC, ADUFPb-CG, ADUFS, APUBH, ADUNISINOS, APUFPr, ADUFES, ADUMC, ADUEM, APES-JF-MG, APRUMA, ADURN, ADUFERPE, ADUF-GO, ADUFU, APUFSC, ADUFF, ADUFSCar, ADUNIMEP, ADCUP, ADEPM, ADUSU

Sem direito a voto: ADPPUCRS, ADFURRNE, ADEFS.

ANDES e Sindicatos atuarão juntos

O II Conad aprovou a seguinte resolução sobre a questão sindical, com base em relatório do grupo das Instituições de Ensino Superior (IES) particulares:

"Os informes das Associações Docentes dão conta de algumas mudanças no relacionamento AD-Sinpro, seja pelas experiências práticas de algumas ADs com diretorias sindicais mais combativas, seja ainda pelo trabalho das entidades reforçando oposições sindicais que chegam, inclusive, à vitória final.

Neste quadro, é papel das ADs das IES particulares, dentro do movimento nacional, trazer para o conjunto do professorado a discussão da questão sindical e das formas de relacionamento possíveis entre Associações e Sinpros.

Foi lembrado que os professores da rede oficial poderiam até obter seu direito à sindicalização sob o aspecto de formação profissional (graduados em Pedagogia, Letras, etc.). Como diretrizes de luta conjunta



ou de aproximação das ADs e Sinpro, propomos:

1 — Que as ADs intensifiquem as campanhas de sindicalização, a começar pelos seus associados, junto ao Sinpro em cuja base estão localizados;

2 — Que, onde for possível, as campanhas de sindicalização sejam discutidas, organizadas e materialmente apoiadas pelas reuniões da regional;

3 — Levar adiante o movimento pelo reajuste semestral unificado e sem escalonamento de IES dos salários dos professores;

4 — Exercer pressão junto aos Sinpro para a imediata redução da base de cálculo da hora-aula mínima, de 240 para 180 horas-aula mensais no máximo — valendo-se, inclusive, de ação jurídica.

Fortalecida Comissão de Política Educacional

O II CONAD decidiu fortalecer e ampliar o grupo de trabalho sobre política educacional do governo sob a coordenação da ANDES. Nas AD's, onde for possível, serão formados grupos de trabalho semelhantes para subsidiar o grupo da ANDES. Além da APROPUC-SP que já tem o seu grupo formado, várias AD's se comprometeram a formar equipes de trabalho com o mesmo objetivo; APROPUC-Campinas, ADUNICAMP, ADUNESP APUBH, ADUFG, ADUnB, ADUFRN, APUB, APRUMA, ADUFSCar, ADUFES e ADSão Leopoldo. A próxima reunião da comissão será dia 8 de agosto em Belo Horizonte.

ANDES apóia médicos e operários da Ford

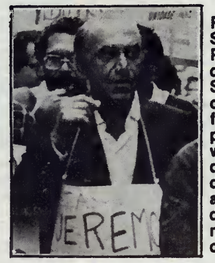
Durante a reunião do II CONAD, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, divulgou moção de apoio aos médicos do Rio de Janeiro, aos trabalhadores da FORD de São Bernardo, que se encontravam em greve contra o desemprego e aos jornalistas do jornal "Voz da Unidade", que sofriam perseguições políticas em São Paulo.

Em nota aos médicos do Rio de Janeiro, a ANDES declarou que "a resposta arbitrária, autoritária e intransigente do Governo às reivindicações dos médicos, intervindo em seu Sindicato, processando e finalmente prendendo dirigentes e ativistas sindicais é intolerável a todos aqueles que buscam a construção de uma sociedade democrática em nosso país".

Com fim da intervenção, ficou consagrada uma nova vitória da classe médica carioca que conquistou três das cinco reivindicações que paralisaram os hospitais do Rio durante vários dias.

GREVE CONTRA O DESEMPREGO

Ao acreditar que o desemprego é, hoje, uma ameça concreta ao conjunto dos trabalhadores do país, apesar da cortina de fumaça dos representantes do regime que pretendem fazer crer seja ele localizado em alguns setores, que não cabe aos trabalhadores pagar o ônus de uma crise pela qual não são responsáveis, que a única forma de defender o direito ao trabalho é a unidade do conjunto dos trabalhadores e que a greve é sua arma legítima, a Diretoria da ANDES manifestou sua irrestrita solidariedade aos metalúrgicos da FORD em sua luta pela readmissão de 450 trabalhadores demitidos pela direção da empresa.



Roberto Shabo, Presidente do Sindicato, ficou preso vários dias durante a greve dos médicos.

AD's estaduais na luta

As ADs das universidades estaduais, em reunião no II Conad, aprovaram as seguintes lutas: democratização da Universidade, reajustes semestrais, reestruturação da carreira, articulação das ADs estaduais, ampliação da rede de ensino público e gratuito, estabilidade no emprego, melhores condições de ensino e pesquisa e contra o desemprego. Participaram da reunião a ADUEM (Maringá), ADHUEL (Londrina), ADUEL (também de Londrina), ADUNESP (São Paulo) e ADUNICAMP (Campinas).

Área de saúde se reúne

A plenária do II Conad aprovou a realização de um encontro de professores da área de saúde em Belo Horizonte, nos dias 26 e 27 de setembro. O Encontro terá como eixos de pauta a remuneração da dupla função, a crise no Hospital Escola, o papel do HE e serviços básicos de saúde na formação profissional. Um roteiro para que os professores encaminhem a discussão em cada escola já está sendo elaborado pela APUBH. A ANDES sugere ainda que sejam realizados encontros locais como preparativos para a reunião nacional. As sugestões relativas à pauta devem ser encaminhadas ao Dr. Carlos Dalton Machado, Rua Donato Fonseca, 737/202 — B. Luxemburgo, BH — CEP 30.000.

III CONAD será em São Luís

O próximo CONAD será em São Luís, Maranhão, de 31 de outubro a 2 de novembro. A APRUMA será a Associação de Docentes anfitriã da reunião. A pauta do III CONAD ainda não foi decidida, ficando a cargo da Diretoria da ANDES.

Rascunho

Foram realizadas no dia 28 de maio as eleições para nova Diretoria da APRUMA.

Por 204 votos a favor e 7 em branco, foi eleita a chapa única "Universidade Livre", cuja Diretoria conta com Agostinho Marques (Presidente), Ezíodo Araújo (Vice), Josefa Lopes (Secretária-geral), Lúcia Saboia (1ª Secretária), Alberto Arcangeli (Tesoureiro-geral) e Francisco Grangeiro (1º Tesoureiro).

A posse dos eleitos foi realizada no dia 12 de junho.

• • •

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará deu um grande passo rumo à democratização da Universidade brasileira ao realizar eleições diretas para Coordenadores de Curso, Chefes de Departamento e Diretores de Centro da UFPa.

Participaram das eleições professores, estudantes, funcionários. A ADUFPa está lançando a série "cadernos Universitários" com a finalidade de divulgar ensaios sobre os problemas do movimento dos docentes.

• • •

A Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas continua os trabalhos de elaboração de um projeto de carreira para a Uniersidade do Amazonas em contrapartida ao projeto elaborado pela reitoria local, que não atende aos interesses dos docentes daquela universidade.

• • •

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre sofreu mais uma punição por parte do reitor daquela Universidade, Professor Aulio Gélio Alves de Souza, que continua com o firme propósito de acabar com a ADUFAc.

Depois de demitir o Presidente anterior da Associação, voltou a demitir o Professor Romulo Garcia de Andrade, que assumiu o posto após a demissão do colega.

O Reitor Aulio Gélio procura, de forma violenta e arbitrária, intimidar os docentes daquela instituição. Como se vê, em termos de arbitrariedade, Aulio Gélio está disputando palmo a palmo com o Capitão-de-Mar-e-Guerra José Carlos Azevedo (reitor "vitalício" da UnB).

A denúncia destes abusos se faz necessária a fim de que a Universidade brasileira não continue a ser agredida pelos "Aulios" e "Azevedos".

• • •

Os Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte foram prejudicados no enquadramento na carreira do magistério, em particular os visitantes, que não foram enquadrados. A Reitoria anunciou que eles deverão fazer concurso público para voltar à Universidade.

• • •

Notícias de demissões, reduções salariais e cortes nos orçamentos ameaçam a PUC de Campinas.

• • •

Na Universidade Federal de Uberlândia, cinco professores foram demitidos durante as férias, em fevereiro, sem razões justas e sem seguir determinações estatutárias.

• • •

Dois professores do Departamento de Botânica da UNESP foram demitidos sem direito de se defenderem contra isso.

• • •

Um novo sistema de avaliação, dos docentes onde os alunos são convocados para, anonimamente, responder a perguntas dúbias, está sendo utilizado na Universidade Estadual de Londrina.

• • •

Na Universidade Estadual de Maringá os professores estão impedidos de saírem para fazer cursos de pós-graduação.

• • •

O II CONAD se solidarizou com o Professor Manuel Correia de Andrade que teve vetada pelo "Conselho Editorial da Universidade Federal de Pernambuco" a publicação de um livro.

A gravidade do fato não se atenua por ter como alvo um cientista de renome internacional que poderá, por outros meios, fazer publicar seu trabalho. Ao contrário, alcança toda comunidade científica local e nacional, desestimulando pesquisadores e ferindo os próprios objetivos da Universidade, bem como os do Programa de Estímulo à Editoração da Produção Intelectual das IES, mantido pelo próprio MEC.

APUSM tem eleições diretas para Reitor

Em eleições diretas, a Associação dos Professores Universitários de Santa Maria (APUSM) e o DCE da UFSM promoveram a elaboração da lista sextupla para escolha do novo Reitor. Os seis professores foram escolhidos entre 10 candidatos, depois de um debate em que cada um defendeu sua plataforma. Os Conselhos Superiores da Universidade, no entanto, passaram por cima da importância do processo, que mobilizou toda a comunidade acadêmica, e não referendaram a totalidade da lista. Isso, não obstante, não invalida este que foi um marco histórico na UFSM.



UFRJ elege curador com 64% dos votos

O Conselho de Curadores da UFRJ é constituído por 5 membros, um dos quais é eleito a cada quatro anos por todos os professores e representantes de alunos, ex-alunos e funcionários. Pela primeira vez na história da UFRJ essa eleição teve ampla repercussão no meio dos professores, devido à divulgação dada pela ADUFRJ. Uma reunião de docentes escolheu um candidato e uma outra reunião o seu suplente. Na eleição, a chapa formada foi eleita com 64 por cento dos votos, número considerado recorde.

FURRN não paga salários e docentes param 10 dias

A ADFURRN (Associação dos Docentes da Fundação Universidade Regional do RN) vem desenvolvendo uma intensa luta pelo pagamento em dia dos salários dos professores, pelo 13º salário e demais vantagens garantidas por lei. Os professores fizeram uma greve de 10 dias em abril, encaminhada pela entidade, e poderão voltar à paralisação a qualquer momento, pois o Reitor, ao invés de atender as reivindicações, pagou apenas à metade do corpo docente, numa manobra claramente divisionista.

Teses avaliam transformações para a Universidade

Os grupos de trabalho sobre Política Educacional da ANDES e sobre Educação da APROPUC-SP, apresentaram ao II CONAD, um estudo contendo considerações sobre o documento endereçado aos dirigentes de IES pelo Secretário de Ensino Superior do MEC.

Esse estudo afirma que o documento do Secretário visa retomar as definições da política educacional que vivemos e faz comentários sobre os Recursos que seriam dados à educação, a questão do subsídio ao ensino particular e a gratuidade do ensino superior público.

Em outro estudo, elaborado por uma comissão do próprio CONAD, é feita uma avaliação do projeto de transformação das Universidades Autárquicas em Fundações em termos de esclarecimento à opinião pública.

No documento é avaliada a falsa autonomia das Fundações, o que é, na verdade, a Universidade-empresa, a dependência econômica-cultural e tecnológica que adviria desta transformação, a conseqüente aplicação do ensino pago e o lado do controle e da repressão dentro das Universidades. O documento foi aprovado pela plenária do CONAD do dia 7 de julho.

IES privadas exigem estabilidade

Os docentes das IES privadas explicam que a atuação que reivindicam do MEC no sentido de assegurar a garantia de emprego, fundamenta-se nas prerrogativas que o Ministério tem para o estabelecimento das diretrizes da Educação no Brasil, no fato de que a intranqüilidade vivida pela categoria tem reflexos diretos na qualidade do ensino, na possibilidade de limitação de dispensa de professores somente no recesso de início de ano (quando há maior possibilidade de absorção no mercado de trabalho) e na necessidade de democratização das IES particulares.

Terror ameaça docentes da ADUFRJ

No final de maio, uma carta anônima foi enviada a diversos CAs, autoridades universitárias e professores da UFRJ, contendo uma análise de conteúdo terrorista, informações inverídicas, calúnias e ameaças contra a universidade, a ADUFRJ e os docentes. Também foram dados telefonemas anônimos informando colocação de bombas em várias Unidades. Em assembléia-geral, decidiu-se dar divulgação à carta terrorista e a uma nota de repúdio aos fatos alarmantes.

ANDES envia delegados à CONCLAT

II CONAD aprova a participação da ANDES na CONCLAT — Docentes irão se juntar à luta de todos



No ENCLAT realizado no Rio, compareceram mais de 600 delegados.

A ANDES vai participar da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, prevista para os dias 21, 22 e 23 de agosto. O encontro foi convocado por cerca de 200 entidades sindicais de todo o país e deverá discutir amplamente as condições de vida, trabalho e salário dos trabalhadores, além da construção de uma Central Única dos Trabalhadores.

Segundo o regulamento da CONCLAT, as entidades não sindicais têm formas próprias de representação, cabendo a ANDES enviar 7 delegados de sua Diretoria representando os professores do ensino superior.

As AD's da IES particulares, no entanto, descordam desse critério. Segundo eles não fica caracterizada a dupla representação (AD's e Sindicatos de Professores) pois as Associações são instâncias de organização dos professores em seus locais de trabalho. Além disso, muitas AD's se localizam em municípios não ligados a Sindicatos mas apenas à Federação.

Diante desse problema, a ANDES enviou um ofício à Comissão Nacional organizadora da CONCLAT, formada por Sindicatos de todo o país, fazendo uma consulta sobre a forma de representação dos professores universitários. Diante dessa consulta, seguindo o regulamento da CONCLAT, fomos informados que temos direito ao envio de 7 delegados representantes de nossa Diretoria.

A ANDES vai levar à CONCLAT a posição dos professores universitários a respeito da educação, da estabilidade no emprego, das questões salariais dos docentes do ensino superior e os eixos da Campanha em Defesa da Educação, garantia de estabilidade para dirigentes das AD's e da ANDES e reformulação da CLT, especialmente no cálculo salarial do professor horista.

Quanto à situação da sociedade, a ANDES irá se posicionar a favor de uma unificação com as lutas mais amplas dos trabalhadores, com base nos princípios gerais aprovados no Congresso de Campinas. Como forma de contribuir para a Conferência, as AD's promoverão debates sobre a educação e a classe trabalhadora.

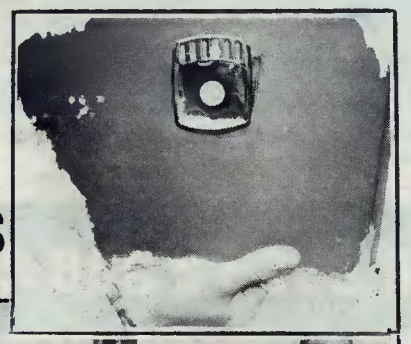
O temário da CONCLAT será: 1) Direito do Trabalho; 2) Sindicalismo; 3) Previdência Social; 4) Política Salarial e Econômica; 5) Política Agrária e 6) Problemas Nacionais. O Encontro será realizado em Santos e as AD'S se prontificaram a contactar com os sindicatos e associações de suas cidades visando ampliar ao máximo a discussão e os preparativos para a Conferência.

PREPARAÇÃO.

Como preparação para a CONCLAT, em vários Estados os Sindicatos realizaram Encontros da Classe Trabalhadora (ENCLAT's) a fim de já iniciarem as discussões dos temas que serão debatidos em Santos.

No Rio, o ENCALT reuniu mais de 600 delegados representando Sindicatos das mais variadas categorias. Após dois dias de debates, o primeiro em comissões por cada tema e o segundo na plenária final, foram aprovadas teses sobre sindicalismo, reforma agrária, e política salarial e econômicas.

Juiz denuncia pressões e se vê obrigado a arquivar IPM das bombas





Apesar de receber do Cel. Dickson, (primeiro à esquerda), ex-chefe de segurança do Riocentro, um pedaço da porta verdadeira do Puma, comprovando a restauração da porta apresentada nas investigações, o Juiz arquivou o IPM.

Em nota publicada nos principais jornais do país, entre eles o **Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo, a** ANDES não aceitou o resultado do IPM que apurou as responsabilidades sobre as explosões no Riocentro, na noite de 30 de abril deste ano.

Segundo a nota da ANDES, transformada em moção dos professores reunidos no II CONAD, "o resultado contraria todas as evidências amplamente divulgadas pela imprensa, não resistindo a qualquer confrontação dos fatos".

A nota termina "exigindo a apuração da verdade e a punição dos culpados, comó única forma de por fim à escalada do terror".

ARQUIVAMENTO

O juiz Edmundo Franca de Oliveira, da 3ª Auditoria do Exército, aceitou o pedido de arquivamento do IPM. No entanto, determinou a extração de peças que se referem à explosão da bomba da casa de força na noite do dia 30 de abril.

As peças serão enviadas ao procurador-geral da Justiça Militar para que se pronuncie sobre o fato.

PRESSÕES

O juiz Edmundo Franca de Oliveira um dia antes de enviar o processo ao procurador-geral da Justiça Militar, denunciou que estava sofrendo pressões de todo tipo a fim de arquivar o IPM por inteiro. Segundo ele, "o Ministério Público foi omisso em relação às investigações do segundo crime e o procurador-só falou em um único fato, a bomba do Puma".

Baseado nesta falha, o Juiz enviou as peças que tratam da bomba na casa de força, "esquecida" desde o início do inquérito, para que o procurador-geral da Justiça Militar investigue integralmente as explosões ocorridas.

ELEIÇÕES LIMPAS

O II CONAD se manifestou, também, pela realização de eleições livres e democráticas em 1982, em todo país, e que seja garantido o livre acesso de todos os partidos políticos aos meios de comunicação para divulgação e debate de seus programas, plataformas, planos de Governo e candidatos.

SBPC aprova moção da ANDES contra ensino pago

A assembléia geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), aprovou moção da ANDES repudiando a atual política do Ministério da Educação e Cultura de transformação das Universidades Federais autárquicas em fundações.

Na moção proposta à assembléia geral da SBPC, a ANDES considera que "a grave crise vivida, neste momento, pela Universidade brasileira estimula e possibilita uma ampla discussão a respeito de um projeto educacional que atenda, verdadeiramente, os interesses de nossa sociedade". Acrescenta, ainda, que "a atual política do MEC, consubstanciada no projeto de Fundação Universitária, está afastada desse objetivo de servir como instrumento de construção de uma sociedade mais justa e democrática, abrindo caminho para o esvaziamento daquelas Instituições de ensino superior público".

A ANDES afirma, também, em sua moção, que "o projeto de Fundação Universitária, devido ao seu fundamento legal (Dec. 200/67 e 900/69 e Lei nº 733/80) não garante os dois princípios básicos que devem orientar a estrutura universitária brasileira: autonomia e democratização, garantindo, por sua vez, a vinculação e manipulação ideológica por parte do Estado, desobrigando-o da responsabilidade do custeio das Fundações".

Ao afirmar que o projeto de Fundação abre, definitivamente, a perspectiva de privatização total do ensino superior brasileiro (Dec. Lei 90/69 art. 2º) a ANDES lembra que os meios legais que viabilizam a desvinculação do ensino superior no Brasil aos interesses sociais e públicos **não têm legitimidade** para disciplinar e concretizar mudanças tão importantes na estrutura educacional brasileira.

A ANDES declara, também, que a comunidade universitária não irá aceitar a implantação do regime de Fundação. Cabendo, inclusive, aos demais setores da sociedade participarem da elaboração de um projeto educacional que assegure à universidade brasileira sua autonomia, sua integração nos demais níveis de ensino do país e uma dotação orçamentária pública que não só possibilite alcançar estes objetivos mas que também a fortaleça para que possa servir aos mais legítimos interesses da sociedade.

SBF TAMBEM APOIA

Em conseqüência da recomendação do plenário do debate sobre "Reforma da Universidade", promovido pela Sociedade Brasileira de Física, e em face da propalada intenção do Governo de transformar as Universidades Federais Autárquicas em fundações, a SBF se manifestou a favor do ensino público e gratuito em todos os níveis e contrária à privatização do ensino superior.

MEC recua após CONAD e não implanta Fundações

Poucos dias após a realização do II Congresso Nacional das Associações Docentes, em Salvador, o Ministro da Educação, Rubem Ludwig, anunciou em Brasília que não pretendia mais transformar as Universidades federais autárquicas em Fundações.

Durante a sessão de abertura do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), em Maceió, Ludwig anunciou sua nova proposta de "reforma gerencial nas Universidades, independente do seu modelo jurídico".

RECUO

Os Professores Agamenon Tavares de Almeida, 1º Vice-presidente e Amundsom Portela, Vice-presidente da Regional Nordeste-3, que representaram a ANDES na reunião do CRUB, apesar de não conseguirem participar das discussões sobre as formas jurídicas das IES federais, pois esta reivindicação foi negada pelo CRUB, assistiram os debates como observadores, considerando que "houve, de fato, um recuo por parte do MEC em seu objetivo de transformar as Universidades Federais em Fundações, pelo menos da forma centralizada que vinha sendo cogitada".

Segundo os dois observadores da ANDES, "a questão foi transferida para o âmbito interno de cada Universidade, dentro de um quadro de agilização administrativa e gerencial independente do modelo jurídico".

REITORES CONTRA

Mesmo o MEC apresentando antecipadamente sua "auto-crítica" em relação ao projeto de Fundações, os Reitores se manifestaram contrários à transformação das Universidades Federais em Fundações de direito privado.

O Ministro da Educação, justificando o passo atrás no projeto inicial, declarou que "a decisão de não definir nenhum modelo para as Universidades surgiu como conseqüência dos estudos e análises, feitos pelo MEC, das atividades e funcionamento tanto das Fundações como das autarquias. Constatou-se, por exemplo, que havia Fundações com um desempnho considerado ótimo e outras com desempenho considerado insuficente. Da mesma forma, foram encontradas Univesridades Federais autárquicas em bom funcionamento e outras mal estruturadas".

As declarações do Ministro Ludwig demonstram que, apesar de não terem sido levadas em consideração, as Associações de Docentes estavam corretas quando afirmavam que o mal funcionamento das Universidades não tinha como raiz seu modelo jurídico, mas sim a questão estrutural do ensino brasileiro, sua autonomia, democratização e a questão de verbas.

No documento relativo às discussões realizadas durante a reunião do CRUB, os Reitores afirmam que "se admitirmos que a Universidade deve satisfazer ao Governo que a institui, alimenta e fortalece, não tem ela, também, o dever se instruí-lo, assisti-lo e mostrar-lhe novos caminhos e induzi-lo a mudar de idéia? Ou seria Universidade apenas mais uma agência governamental com atribuições específicas, cingidas às atividades rotineiras de executar programas em função de uma estratégia circunstancial?"



Osvaldo Maciel, Presidente da ANDES.



Carlos Eduardo Baldijão, Agamenon Tavares de Almeida e Laurindo Leal Filho, Diretores da ANDES.

ANDES CRITICA

Em entrevista à Folha de São Paulo, o Presidente da ANDES, Prof. Osvaldo Maciel, declarou que "a proposta do Ministro da Educação, de reforma gerencial nas Universidades, só se justifica na medida em que as Universidades tenham recursos e meios para implantá-la". Segundo ele, "o problema não tem sido propriamente o modelo jurídico das Universidades, mas sim, uma carência permanente de recursos que, freqüentemente, leva-as à penúria econômico-financeira".

Para o Prof. Agamenon Tavares de Almeida, diretor da ANDES, "o Ministro colocou a questão como se na prática existissem recursos suficientes e o problema fosse a má administração desses recursos. A proposta do MEC, em outras palavras, pode ser resumida no seguinte: preparar bons gerentes para administrar a miséria".

Também o Prof. Laurindo Leal Filho, presente à entrevista, disse que "a preocupação do MEC com a reforma gerencial da Universidade está vinculada a um projeto político mais amplo. Se examinarmos documentos produzidos no final da década de 60, veremos que essa preocupação com a reforma gerencial não é recente. Ela tem como base, uma visão do papel da Universidade que não é aquela compartilhada pelo conjunto da comunidade universitária". Completando seu pensamento, o Professor Carlos Eduardo Baldijão, também diretor da ANDES, declarou que "a visão da Universidade empresarial está inserida numa visão de Universidade gerida pelas leis de mercado, da oferta e procura, enquanto a Universidade defendida pela grande maioria de professores e estudantes é uma Universidade inserida na idéia de que a Educação é um bem social, portanto, de propriedade comum de toda sociedade".

Governo descumpre promessa e não enquadra colaboradores

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior considerou profundamente inadequada e incoerente a forma de enquadramento dos colaboradores de 1980 e demais discriminados pelo Decreto-Lei 1.874, de 08/07/81.

Segundo as declarações do Secretário de Ensino Superior do MEC, Tarcísio Della Senta, todos os professores colaboradores de ensino superior contratados após 1979, serão enquadrados na primeira referência do 1º nível de carreira do magistério (professores auxiliares), através de exame seletivo interno, efetuado pelas Universidades federais.

ANDES protesta

Em matéria publicada no Jornal do Brasil, **o Secretário-Geral da ANDES, Professor Luiz Pinguelli Rosa, considerou "uma atitude injusta e incoerente do Ministério da Educação o enquadramento dos professores admitidos após 1979, como colaboradores nas Universidades federais, na categoria de professor auxiliar".**

Para Luiz Pinguelli, "trata-se de uma discriminação arbitrária porque uma das promessas do Governo quando terminamos nossa greve em dezembro do ano passado, foi a de enquadrar os colaboradores como assistentes de nível 1. Depois disso, em duas audiências que tivemos com o Ministro Rubem Ludwig, ele nos garantiu que os colaboradores não seriam prejudicados".

A discriminação em relação aos colaboradores se torna patente se considerarmos que estes exercem atividades normais de docentes, trabalham o mesmo número de horas por semana, têm a mesma capacidade profissional, mas são enquadrados em planos inferiores a seus colegas.

Através de nota oficial, a Diretoria da ANDES exigiu que o MEC "cumpra as promessas de dar a esses colegas o mesmo tratamento dado aos colaboradores contratados antes de 1980, enquadradando-os como assistente 1".

A nota oficial de protesto

E a seguinte a nota oficial da ANDES que protesta contra a discriminação do MEC em relação aos colaboradores:

A Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, ANDES, considera profundamente inadequada a forma de enquadramento dos colaboradores de 1980 e demais discriminados pelo Decreto-Lei 1874 de 08/07/81, que acaba de ser publicado.

A nossa reivindicação já reiteradas vezes anunciada é pela absorção dos professores colaboradores de 1980 e demais discriminados (Professores Visitantes, Extra-Quadro, de 1º e 2º grau nas instituições de ensino superior da rede federal) de forma idêntica à dos colaboradores e auxiliares de ensino admitidos até 31/12/79, isto é, como professores assistentes. Não havia, como não há, motivo para que os professores admitidos na universidade a partir de 31/12/79 tivessem tratamento diferenciado dos demais docentes. Durante a nossa audiência com o Ministro Rubem Ludwig e com o Secretário de Ensino Superior Tarcisio della Senta fizemos ver, e eles concordaram, que a escolha desta data foi arbitrária. Na oportunidade ambos comprometeram-se em dar uma solução a contento da categoria. Por essa razão a ANDES vem manifestar a sua profunda estranheza e desacordo como a medida anunciada pois não atende as nossas reivindicações, não resolve o problema dos demais discriminados, assim como avilta os já baixos salários da categoria, na medida em que os salários de grande parte dos professores agora enquadrados será o do nível da carreira do magistério.

Exigimos que o MEC cumpra as promessas de dar a esses colegas o mesmo tratamento dado aos colaboradores contratados antes de 1980, ou seja enquadre-os como assistente 1.

Pela Diretoria da ANDES.

Francisco José da Costa Alves
Luiz Pinguelli Rosa
(Diretores)